

## A atualidade da temática da infância em situação de risco na obra *Capitães da Areia*, de Jorge Amado

Anne Micheline Souza Gama<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao lermos a obra *Capitães da Areia* de Jorge Amado, publicada em 1937, temos a impressão que questões sociais trabalhadas pelo autor perpassam nosso cotidiano atual. Os problemas vivenciados na “cidade da Bahia”, Salvador, poderiam ser a representação da realidade de algumas cidades brasileiras na contemporaneidade marcadas pela pobreza, violência, desemprego, desigualdades. No cerne da discussão da obra amadiana encontra-se um grupo de meninos, “de todas as cores e de idades as mais variadas, desde os nove aos dezesseis anos”, que vivem em situação de risco, residindo em um trapiche. Sobrevivem de pequenos furtos e golpes. As ruínas do velho trapiche insalubre era o lugar de moradia e armazenamento do que conseguiam dos delitos. À margem da sociedade, o grupo tinha por líder Pedro Bala, uma criança que cuidava das outras abandonadas, a maioria órfã ou com famílias em alto grau de miserabilidade. Partindo da leitura que fazemos hoje sobre “a infância em situação de risco”, Jorge Amado levanta inúmeros aspectos desta problemática, tais como: a falta de educação formal, exploração do trabalho infantil, as formas de punição e disciplinarização dos corpos infantis, desemprego dos pais, tudo isso confluindo para a ideia de que tal situação só seria superada pelo ideal comunista defendido pelo autor. Com base na interface história e literatura buscamos compreender como estas representações literárias de um tempo passado podem expressar configurações perceptíveis no tempo presente.

**Palavras-chave:** História; Literatura; Infância

São milhares de guri  
Soltos pela rua  
E o mundo segue igual  
Cada um na sua

Com o céu de cobertor  
E um par de sandálias  
Vão driblando o azar  
Pela Candelária

Ah! Eu não sei rezar  
Mas peço pro Senhor  
Ah! Abençoa o guri de Salvador<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Mestranda na linha de pesquisa Cultura e Cidades do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Especialista em História do Brasil e da Paraíba pela Faculdade Integrada de Patos -FIP. Licenciada e bacharel em História pela Federal Universidade de Campina Grande - UFCG. Atua como coordenadora e professora do Cursinho Pré Vestibular Solidário – UFCG. E-mail: annegama@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Canção “Guri de Salvador”, composta e interpretada pela dupla gaúcha Kleiton e Kledir.

Sob o título “CRIANÇAS LADRONAS”, é dada uma reportagem publicada no *Jornal da Tarde*, na página de “Fatos policiais”. Sucedem-se as manchetes: “AS AVENTURAS SINISTRAS DOS CAPITÃES DA AREIA. A CIDADE INFESTADA POR CRIANÇAS QUE VIVEM DO FURTO. URGE UMA PROVIDÊNCIA DO JUIZ DE MENORES E DO CHEFE DE POLÍCIA. ONTEM HOVE MAIS UM ASSALTO.” (AMADO, 2008, pg. 13). Notícias que soam banais ao cotidiano da contemporaneidade de grande parte das cidades brasileiras: marginalização, menores abandonados, violência, entre outros aspectos que mostram a atual conjuntura de disparidades sociais na qual estamos submergidos. Poderia ser um exemplar do jornal da data de hoje, ou ao menos do ano corrente. Poderia ser um caso televisionado no horário “nobre”. Contrariamente ao imaginado a principio, não estamos citando manchetes hodiernas. Citamos simplesmente literatura, mais precisamente o livro *Capitães da Areia*, de Jorge Amado. A obra se inicia assim, narrando as notícias e com uma série de cartas escritas à redação ao fictício *Jornal da Tarde*<sup>3</sup>, narrando várias histórias sobre os “Capitães da Areia”, a instituição do reformatório e a cidade de Salvador.

Publicado originalmente no ano de 1937, *Capitães da Areia* relata experiência de vida de um grupo de menores abandonados, homônimos da obra, que habitam num velho trapiche e vivem de furtos, ou seja, estão à margem da sociedade. A narrativa se passa na cidade de Salvador dos anos 30, período da Era Vargas na qual observamos reformas urbanas pelo Brasil, incluindo-se Salvador. Neste contexto ressaltamos as conflituosas relações sociais. A obra expõe olhares ou visões de mundo, mostrando a luta dos indivíduos numa nítida dicotomia entre Cidade alta x Cidade baixa. Para nossa surpresa, a obra traz atualidade em seus temas no tocante às questões sociais e nos leva a refletir sobre as crianças abandonadas nas ruas, vivendo transpassadas pela miserabilidade, sobrevivendo da prática da violência com outrem e tendo como castigo, amiúde, violência maior. Atualmente, a nomenclatura comumente utilizada seria crianças em situação de risco.

---

<sup>3</sup> Supostamente seria uma alusão ao jornal *A Tarde* que circula no estado da Bahia. Fundado em 15 de outubro de 1912 por Ernesto Simões Filho, é o mais antigo jornal impresso baiano em circulação e um dos mais antigos do Brasil. Em 2012, ano do centenário do jornal, foi feita parceria com o portal UOL e o mesmo passou a integrar-se no conteúdo virtual.

## **A infância no Brasil: da disciplina ao risco**

Pensar a questão da vulnerabilidade na infância e, no caso específico do menor abandonado, é pensar que a mesma perpassa a própria História do Brasil. A desigualdade social é uma marca profunda do Brasil, um país construído à base da exploração das riquezas e não em prol do povoamento, possuindo em si reflexos sociais pautados em disparidades, marcas da fortuna de uns em detrimento da miserabilidade de outrem. A exemplo, sendo escravo o filho, às vezes podendo ser filho do Senhor, era ilegítimo e passava ter a mesma condição de escravo. A mulher pobre livre, engravidando e não tendo como criar seu filho não tinha muitas opções. Em meio à pobreza desde os períodos da Colônia e do Império era comum, mães colocarem seus filhos na “roda dos enjeitados” ou nas portas de famílias abastadas. No mais, a única saída era as ruas e serem entregues à própria sorte.

Com a República instituída nos fins do século XIX, essa sorte não mudará. A proclamação da República foi imaginada enquanto um regime político democrático com vias à cidadania. Não obstante, conforme enuncia Passeti (2007), o período republicano será permeado por um momento delicado “no qual muitas crianças e jovens experimentaram crueldades inimagináveis”, geradas seja no núcleo familiar, escolar, fabril, internatos ou nas ruas (PASSETI, 2007, pg.347). Uma nova ordem de prioridades é instituída com a República, e as pessoas que moravam na periferia se tornam alvo a serem ajustados, devido à problemática de suas existências, dentre esses problemas predominavam a troca regular de parceiros, famílias grandes, filhos desnutridos e sem escolaridade, ausência regular dos pais, entre outras questões. Assim, segundo Passeti, “viviam carências culturais, psíquicas, sociais e econômicas que se avolumavam e que as impeliam para a criminalidade, tornando-se, em pouco tempo, delinquentes.” (PASSETI, 2007, pg.348).

O atendimento à infância no Brasil irá caracterizar-se por medidas médico-higienistas, e a problemática dos menores<sup>4</sup> será pensada a partir da remoção das crianças das ruas e sua consequente internação em instituições “apropriadas”. Como afirma Hillesbheim & Cruz (2008), utilizando-se dos postulados foucautianos, institui-se a noção de periculosidade em conjunto “com a necessidade de gestão e controle dos chamados perigosos. Tais formas de organização e controle são características da chamada sociedade disciplinar, cujo discurso é fundado na norma e tendo como pilares o exame e a vigilância dos indivíduos.” (HILLESHEIM & CRUZ, 2008, pg. 194). Vemos ser delineada a concepção de uma infância

---

<sup>4</sup> Termo que se vinculava a uma concepção de infância relacionada às questões de responsabilidade penal.

perigosa e que será alvo de diversas políticas concernentes à infância durante a maior parte do século XX, com o propósito de avaliar as causas dos possíveis desvios e as formas de punilos. A infância entra também em vias da disciplinarização.

Observamos que nessa transição do século XIX para o século XX, o Brasil estará submerso em um cotidiano de transformações, com novos padrões impostos pela modernidade. São crescentes a industrialização e a urbanização e dá-se o crescimento populacional nas cidades e, conseqüente, pauperização das camadas populares. Segundo Santos (2007) a República será perpassada por paradoxos, a exemplo, de um lado, a ordem e o progresso em face da industrialização e de outro o empobrecimento social como a falta de moradia nas cidades, onde 1/3 da população morava em cortiços e as epidemias alastravam-se na ausência de saneamento (SANTOS, 2007, pg. 212). A ideia de eugenia também era uma ideia corrente na adesão à uma profilaxia social cotidiana. O período é marcado por crises sociais no cotidiano das cidades. Nesse sentido, como afirma Santos (2007), crescia a criminalidade, avolumando-se a insegurança, e ao mesmo tempo especializavam-se os mecanismos de repressão diante das tensões sociais (SANTOS, 2007, pp. 213-214). A realidade é que os novos padrões de convívio impostos à urbanidade provocavam a deteriorização das condições sociais que eram ignoradas pelo discurso oficial que estabelecia as oposições trabalho-lazer, honestidade-crime.

Nesse contexto, aponta Santos (2007), desde o século XIX, o menor de idade se fará presente nas estatísticas criminais, mesmo que com menor agressividade nos delitos, “tinham na malícia e na esperteza suas principais ferramentas de ação e nas ruas da cidade, o local perfeito para pôr em prática as artimanhas que garantiriam sua sobrevivência” (SANTOS, 2007, pg. 214). A infância ao longo do século XX, torna-se alvo de preocupação e os criminalistas, diante dos alarmantes dados de delinquência, buscavam a origem do problema na corrupção dos infantes. Com o regime republicano é instaurado novo Código Penal para atualizar a realidade social do país e os meninos de rua inserem-se no rol do “perigo” nas ruas (SANTOS, 2007, pg. 215). As punições no regime republicano, além do “encerramento” em instituição de correção, poderia ser a disciplina numa instituição industrial para regeneração dos que não se enquadrassem no regime vigente. Vivenciávamos até então a sociedade disciplinar. Passamos agora para sociedade do risco.

Atualmente ocorre a disseminação da noção de risco e sua especial utilização pelas políticas públicas de modo geral. Como afirma Tavares (2011), “é notável como o objetivo e

o alvo de diversas políticas públicas hoje tem sido a abordagem às pessoas ‘em risco’, ‘de risco’ e ‘em situação de risco’. Tal discurso tem atingido políticas públicas de ação social, de educação, de segurança urbana e de saúde.” (TAVARES, 2011, pg. 124). A infância entra no cerne dessa discussão, sendo de suma importância a criação em 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que introduz a Doutrina da Proteção Integral aos jovens. Salienta Hillesheim & Cruz que conquanto o ECA não empregue o termo risco, no artigo 98º, das disposições gerais concernentes às medidas de proteção, postula que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis consoante os seus direitos forem ameaçados ou violados, o que leva a considerarmos que

uma vez que há uma ameaça de violação, existe um perigo, uma probabilidade, uma incerteza, ou seja, risco. Assim, a ameaça está calcada em uma suspeita de violação de direitos, tanto que (...) as medidas de proteção especial direcionam-se àqueles que se encontram em situação de risco social e pessoal, sublinhando que, neste caso, estas medidas não se referem ao universo da população infanto-juvenil, mas se voltam, especificamente, para a chamada *infância em situação de risco*, isto é, para aquelas crianças ou adolescentes que se encontram em circunstâncias particularmente difíceis de vida. (HILLESHEIM & CRUZ, 2008, pp. 194-195)

Com base nestes argumentos consideramos que a situação de risco na infância se conecta a fatores que ameaçam ou causam lesão à integridade, seja física, psicológica ou moral da criança ou adolescente, em decorrência da ação ou deleção de diversos autores, dentre os quais a própria família, outros grupos sociais ou o próprio Estado. Desse modo, mesmo não estabelecida pelo ECA, a noção de risco passaria “a ser utilizada por Conselhos Tutelares, Juízes da Infância, profissionais, etc, dando margem, inclusive, a críticas como (...) falar em risco é um eufemismo que encobre situações reais de violação de direitos (e não a probabilidade de que algo ruim venha a acontecer).” (HILLESHEIM & CRUZ, 2008, pg.195).

São identificáveis uma gama de situações de risco existentes no Brasil. A solução para eliminá-las soa inexistente. Como indica Tavares, a ação dos projetos sociais, dos abrigos, dos estabelecimentos para adolescentes em conflito com a lei, norteados pelas políticas públicas de atenção à infância empobrecida “parecem não estar caminhando para a transformação da realidade social e sim no intuito de localizar, separar e identificar aqueles que passarão a ser chamados de pessoas de risco/perigosos.” (TAVARES, 2011, pg. 132). De modo igual, a autora fala das prisões que são ineficientes na recuperação dos apenados, apenas exercendo a

função política de segregação e identificação daqueles que compõem do dispositivo da criminalidade, através da dispersão do medo, da desconfiança e da violência (TAVARES, 2011, pg. 132). Realidade que mostra a incapacidade brasileira de enfrentar a violência urbana. Optamos por uma segurança penal ao invés de social.

Segundo Assis & Constantino, a prevenção da violência praticada por jovens ocupa pouca atenção da sociedade confrontada com o “imenso acervo” sobre a prática de violência pelos jovens<sup>5</sup>, devendo-se isso às ideias arraigadas na nossa sociedade e questões sociais mais complexas:

No atual momento brasileiro a infração juvenil alcança maior destaque em função de se estar vivenciando uma onda jovem: no ano 2000 existiam 10,7 milhões de adolescentes do sexo masculino e 10,5 milhões do feminino entre 12 e 18 anos incompletos (12,5% da população brasileira) ([www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)). A desigualdade econômica e social brasileira dificulta o pleno crescimento e desenvolvimento de milhões de adolescentes, que se vêem aprisionados a comunidades expropriadas, moradias inadequadas, restrições severas ao consumo de bens e serviços, estigmas e preconceitos, falta de qualidade no ensino, relações familiares e interpessoais fragilizadas e violência em todas as esferas de convivência. (ASSIS & CONSTANTINO, 2005, p.82)

Vale salientar, conforme Assis & Constantino, que o adolescente e o jovem, principalmente do gênero masculino, são igualmente vítimas habituais da criminalidade urbana. “Estão entre os que mais morrem e sofrem violência urbana” (ASSIS & CONSTANTINO, 2005, p.82). As autoras ainda ressaltam que a acentuada vulnerabilidade e a disposição à exclusão social são outros aspectos que promovem a inserção dos jovens no mundo infrator: “Situações de negligência e abandono, pobreza, criminalidade e violência na família, escola, comunidade e sociedade em geral são usuais entre adolescentes em conflito com a lei” (ASSIS & CONSTANTINO, 2005, p.83). Viver, pois, parece ser o próprio risco. As mudanças tornam-se difíceis: não agimos sobre as raízes dos problemas que nos afligem, mas apenas podamos a árvore, amiúde, ceifando as flores murchas, as folhas secas e os frutos podres.

---

<sup>5</sup> As autoras afirmam que no Brasil, as estratégias de prevenção à violência juvenil têm sido muito pouco priorizadas. Citando um trabalho anterior, uma análise de 17 estudos sobre a violência juvenil realizados na área da saúde no Brasil, na década de 1990, constatou-se a ausência de estudos focalizados na prevenção. (Assis & Constantino, 2005, p. 89)

## Representações literárias da infância em situação de risco em *Capitães da Areia*

Na década de 1930, aos 18 anos, Jorge Amado mudou-se para o Rio de Janeiro e foi quando o mesmo começou a participar de forma ativa do debate intelectual acerca das tendências políticas em voga, levando-o à militância comunista. Foram os ideais comunistas, que perpassam a obra amadiana, que deram-lhe grande popularidade fora do país, sobretudo, nos países socialistas. É observável nas primeiras obras de Jorge Amado – a saber, *País do Carnaval* (1931), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar Morto* (1936) e *Capitães da Areia* (1937) – a projeção de uma missão amadiana, aponta como o engajamento político de Amado busca mostrar seus personagens desde o primeiro romance (*País do Carnaval*) ao longo dos romances supracitados como uma “evolução” no povo que precisa ser instruído no sentido de ter consciência de sua exploração. Tal literatura é engajada, dando voz ao trabalhador, assim como a cartilha do Partido Comunista. *Capitães da Areia*, nesse contexto, representaria o ápice à contestação amadiana nesse primeiro momento.

Mas quem eram os “Capitães da Areia” descritos por Jorge Amado? Era um grupo de moleques com idades dos 09 aos 16 anos e de “todas as cores” que tinham por chefe Pedro Bala, 15 anos, que desde os 05 anos “vagabundeia” nas ruas da Bahia. São menores que não se enquadram na “ordem e progresso”, muitos oriundos dos morros e de pele escura. “Vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas.” (AMADO, 2008, p. 29). Eram desprezados pela sociedade e, concomitantemente, temidos. Crianças entregues à própria sorte, com destinos difíceis na cidade da Bahia (Salvador) que já era uma cidade cheia de mistérios:

Passa um vento frio que levanta a areia e torna difíceis os passos do negro João Grande, que se recolhe. Vai curvado pelo vento como a vela de um barco. É alto, o mais alto do bando, e o mais forte também, negro de carapinha baixa e músculos retesados, embora tenha apenas 13 anos, dos quais quatro passados na mais absoluta liberdade, correndo as ruas da Bahia com os Capitães da Areia. Desde aquela tarde em que seu pai, um carroceiro gigantesco, foi pegado por um caminhão quando tentava desviar o cavalo para um lado da rua, João Grande não voltou à pequena casa do morro. Na sua frente estava a cidade misteriosa como o verde mar. (AMADO, 2008, p.30).

Nas primeiras décadas o século XX o menor iniciado precocemente nas atividades produtivas também o era nas atividades ilegais, na tentativa de sobrevivência numa cidade que hostilizava as classes populares: o roubo, o furto, a prostituição e a mendicância tornaram-se meios da sobrevivência. “O moleque travesso que alegremente saltitava pelas ruas era também o esperto batedor de carteiras, que com sua malícia e agilidade assustava os transeuntes” (SANTOS, 2007, pg. 218). Inúmeras são as ações de menores que transitavam entre as atividades lícitas (mão-de-obra em pequenos serviços) e ilícitas (na falta de empregos formais recorriam a pequenos furtos e roubos). (SANTOS, 2007, pg. 219). De modo parecido será a busca pela sobrevivência dos Capitães: praticando pequenos furtos ou mesmo furtos “encomendados” por figurões, trapaceando nas jogatinas, batendo carteiras, vivendo a felicidade fugaz de ganho em meio aos caminhantes nas ruas soteropolitanas.

O não enquadramento nos ditames pré-estabelecidos pelo Estado, a burla das crianças de rua e sua “governamentabilidade” será efetuada através do orfanato e da prisão para as crianças e jovens, sendo “imagens que assustam quem está fora deles e apavoram quem está dentro” por isso a crítica dos reformadores:

Ao escolher políticas e internação para crianças abandonadas e infratores, o Estado escolhe educar pelo medo. Absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização das atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem, vestindo-o uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso. (PASSETI, 2007, pg. 356).

O internato<sup>6</sup>, enquanto a instituição para punir e formar, estaria assim deformando ao invés de corrigir. Assim, caminham as políticas nas primeiras décadas do século XX. Eram comuns matérias de jornais reivindicando “polícia nas ruas” arrolando os problemas cotidianos provocados pelos garotos como jogatinas, lutas, ofensas, furtos, e o clamor por medidas corretivas aos excessos praticados pelos menores (SANTOS, 2007, pg. 220). De

---

<sup>6</sup> É importante salientar que o regime de internato será prática de educação comum no início do século XX, servindo à educação dos filhos das famílias mais abastadas, para uma educação ímpar e para os menores em conflito com a lei, servia como dispositivo coercitivo. O próprio Jorge Amado lembra o costume de educar as crianças, nos tempos de internato no Colégio dos Jesuítas comparado ao cárcere: “Para o menino grapiúna – arracando da liberdade das ruas e do campo, das plantações e dos animais, dos coqueirais e dos povoados recém-surgidos – o internato no colégio dos jesuítas foi o encarceramento, a tentativa de domá-lo, de reduzi-lo, de obrigá-lo a pensar pela cabeça dos outros. A intenção do pai era apenas educá-lo no melhor colégio, o de maior renome. Não se dava conta de como violentava o filho” (AMADO, 1982, pg. 102)



modo igual, aparecem as notícias aos montes em *Capitães da Areia*, uma série de depoimentos que apontam as denúncias contra o grupo no fictício *Jornal da Tarde*. É o discurso de incriminação dos jovens por parte da imprensa, da polícia, “dos homens de bem”. Apenas duas correspondências que defendiam os Capitães: a de uma mãe costureira e de um padre. Ambas tem resposta de um Diretor de um Reformatório para onde iriam os jovens delinquentes. O diretor acaba desqualificando o discurso da mãe por ser uma “iletrada” e do padre de nome José Pedro, alegando que o mesmo tinha simpatia pelo grupo e acobertava os erros.

Em uma tentativa de assalto alguns meninos do grupo são presos, entre os presos está Pedro Bala, Dora, João Grande, Sem-pernas e Gato. No entanto, no momento de uma foto João Grande, Sem-pernas e Gato conseguem fugir dos policiais e da delegacia, permanecendo somente Pedro Bala e Dora. Dora, única menina do bando e “filha do bexiguento”<sup>7</sup>, é movida para o orfanato e Pedro Bala para o reformatório. Pedro Bala chefe do bando preso será símbolo para a sociedade normativa e sua prisão manchete de primeira página no *Jornal da Tarde*: “PRESO O CHEFE DOS CAPITÃES DA AREIA” (AMADO, 2008, pg. 196). Seguem-se os clichês depreciativos e a notícia carregada de júbilo pelo feito.

Pedro Bala passará dias em uma cafua, tendo pouca água e quase nada de comida, até que pode ir para um quarto, onde vários outros meninos dormiam também. Recebido pelo Diretor do Reformatório como um prêmio, o mesmo conversa com o bedel Ranulfo e lhe diz:

É o chefe dos tais Capitães da Areia. Veja... O tipo criminoso nato. É verdade que você não leu Lombroso... Mas se lesse, conheceria. Traz todos os estigmas do crime na face. Com esta idade já tem uma cicatriz. Espie os olhos... Não pode ser tratado como um qualquer. Vamos lhe dar honras especiais... (AMADO, 2008, pg. 202)

“Castigos... Castigos... É a palavra que Pedro Bala mais ouve no reformatório. Por qualquer coisa são espancados, por um nada são castigados. O ódio se acumula dentro de todos eles.” (AMADO, 2008, pg.214). Magro, fraco, macerado fisicamente, mas esperançoso mentalmente. Pedro Bala consegue contato com os meninos de seu grupo, que arrumam corda para que ele possa fugir, o que ele faz durante uma noite. A notícia sai nos jornais, o chefe dos

---

<sup>7</sup> No Capítulo “Filha do bexiguento” vemos o início da história da única menina a ser inserida no grupo: Dora. Dora entre seus treze e catorze anos perde os seus pais com o “alastrim” da varíola na Cidade Baixa, só lhe resta seu irmão menor, Zé fuinha. Órfãos “chorando de fome e de dor” saem do morro rumo à cidade. Dora tinha esperanças de encontrar uma antiga patroa da mãe, para que lhe arranjasse algum serviço. É destrutada pela suposta patroa e a ajuda vem dos Capitães.

capitães da areia fugiu do reformatório: “Trazia uma longa entrevista com o diretor furioso. Todo o trapiche ri. Até o padre José Pedro, que está com eles, ri em gargalhadas, como se fosse um dos Capitães da Areia” (AMADO, 2008, pg.216).

Fugindo do reformatório Pedro Bala, sem demora vai à procura de Dora no orfanato, pobre Dora:

Um mês de orfanato bastou para matar a alegria e a saúde de Dora. Nascera no morro, infância em correrias no morro. Depois a liberdade das ruas da cidade, a vida aventureira dos Capitães da Areia. Não era uma flor de estufa. Amava o sol, a rua, a liberdade.

Fizeram duas tranças do seu cabelo, amarraram com fitas. Fitas cor-de-rosa. Deram-lhe um vestido de pano azul, um avental de um azul mais escuro. Faziam com que ela ouvisse aulas junto com meninas de cinco e seis anos. A comida era má, havia castigo também. Ficar em jejum, perder os recreios. Veio uma febre, ela esteve na enfermaria, onde o sol não entrava e todas as horas pareciam a hora agonizante do crepúsculo. (AMADO, 2008, pg. 217)

Dora recebe bilhete sabendo que Pedro fugiu do reformatório. Depois recebe outro de um plano de fuga. Os meninos tomam o local com facilidade, levando Dora, que arde em febre. Eis que a noite é de grande paz. A mãe de santo Don’Aninha vai até o trapiche para tentar curar Dora da febre, em meio a uma grande paz que reina no trapiche. A mãe de santo Don’Aninha vai embora, mas a febre de Dora não passa. Dora chama Pedro e diz que já é moça, e quer ser sua mulher, colocando a mão do menino sobre seu peito. O menino tenta recusar, mas cede aos desejos de ambos. Foram dormir. Pedro Bala acordou no meio da noite, viu que Dora estava gelada, não tinha mais pulsação, então deu um grito que atravessou todo o trapiche, aos poucos os outros meninos foram acordando e viram que Dora estava morta. Querido-de-Deus é quem induz o corpo de Dora para o mar, onde será jogado. A esperança dos meninos é que Dora virara uma estrela.

Para finalizar, segundo afirma Andrade (2010), em toda a história do Brasil republicano, crianças e adolescentes foram vitimados com a violência e preconceitos pela sociedade que os caracterizava como inferiores e dignos de remissão, e “desde a publicação do Código de menores, em 1927, até sua reformulação em 1979 (...) utilizou-se da prática de internar crianças e adolescentes em instituições com a finalidade de lhes corrigir o comportamento, educá-los e integrá-los socialmente.” (ANDRADE, 2010, pg. 30). Prossegue Andrade, afirmando que mesmo com a vigência do ECA e com as modificações de denominação dada às crianças e aos adolescentes, o que vemos na nossa contemporaneidade é

que muitos ainda estão privados de seus direitos básicos, como o abandono das atividades educativas e indo em busca de atividades laborativas para angariar o sustento da família. (ANDRADE, 2010, pg. 30). Lembra o desejo de liberdade do Pedro Bala:

Lá fora é a liberdade e o sol. A cadeia, os presos na cadeia, a surra ensinaram a Pedro Bala que a liberdade é o bem maior do mundo. Agora sabe que não foi apenas para que sua história fosse contada no cais, no mercado, na Porta do Mar, que seu pai morrera pela liberdade. A liberdade é como o sol. É o bem maior do mundo” (AMADO, 2008, pp. 202-203).

A liberdade, direito nato ao homem, torna-se privação aos jovens em situação de abandono. Atualmente, como aponta Andrade (2010), evidencia-se um período de “desmanche dos direitos”, principalmente as duras conseqüências sentidas na população pobre, discriminada e excluída, desconstruindo sua própria condição de cidadania (ANDRADE, 2010, pg. 33). Pesarosamente tornou-se banal ver nas cidades brasileiras, crianças e adolescentes em situação de rua, frutos da desigualdade e injustiça que assolam nosso Brasil.

### **Considerações Finais**

A literatura enquanto um produto sociocultural pode nos servir como testemunha de uma época, exprimindo uma forma de representação social e histórica, ao expressar as experiências humanas, das práticas às sensibilidades, podendo dar conta de alguns aspectos do complexo e conflituoso palco social no qual está inserida ou se refere. Sobre a literatura enquanto um meio para ajudar a tecer a história, Pesavento (2006) nos diz ainda que:

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário (PESAVENTO, 2006, pg. 82).

A história narrada por Jorge Amado em *Capitães da Areia* remonta à representação da realidade brasileira no tocante às crianças que vivem em situação de risco nas primeiras décadas do século XX. A situação de pobreza atualmente em nosso mundo é um grave desrespeito aos direitos humanos, e crianças e adolescentes aparecem no rol dos filhos da miséria que assolam a contemporaneidade. São negados os direitos à educação, saúde, boa

alimentação, moradia e, concomitantemente, estes jovens estão suscetíveis à ocorrência de abusos - sejam físicos ou de ordem moral.

Infelizmente, é a dura realidade atual das cidades brasileiras. O Brasil enquanto um país em desenvolvimento possui um amplo número de crianças e de adolescentes em diversas situações de risco, dada a complexidade social do nosso país. Dentre as diversas situações podemos citar as crianças trabalhadoras, as exploradas sexualmente (comercialmente ou não), as deficientes (físicas ou mentais), as discriminadas pela identidade étnica ou religiosa, as envolvidas com a rua. Sinteticamente, a obra amadiana traz uma crítica que era de seu tempo, década de 1930, mas que ressoa nos nossos dias. Um pedido de paz, ou de melhores dias, para aqueles que são, parece que desde sempre, o “futuro da nação”.

## Referências

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **O menino Grapiúna**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

ANDRADE, Fábio Santos de. “Cotidiano, trajetórias e sobrevivência e adolescentes em situação de rua”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; PINTO, Regina Pahim (orgs.). **Acesso aos direitos sociais: infância, saúde, educação, trabalho**. São Paulo: Contexto, 2010. p.29-41.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. “Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina.” In: **Ciência & Saúde coletiva**. Rio de Janeiro. Vol.10. nº 1. p. 81-90. Jan./Mar. 2005

HILLESHEIM, Betina e CRUZ, Lilian Rodrigues da. “Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações.” In: **Revista Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, vol.20, nº 2, p.192-199, Mai./Ago. 2008.

PASSETI, Edson. “Crianças carentes e políticas públicas”. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 347-375.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (História & Reflexões).

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. “Criança e criminalidade no início do século.” In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 210-230.

TAVARES, Gilead Marchezi. “O dispositivo da criminalidade e suas estratégias”. In: **Fractal: Revista de Psicologia**. Vol. 23, nº 1, p. 123-136, Jan./Abr. 2011.